



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Zioni Ferretti, Danilo José

A publicação de “A cabana do Pai Tomás” no Brasil escravista O “momento europeu” da
edição Rey e Belhatte (1853)

Varia Historia, vol. 33, núm. 61, enero-abril, 2017, pp. 189-223

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384449112009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A publicação de “A cabana do Pai Tomás” no Brasil escravista

O “momento europeu” da edição Rey e Belhatte (1853)

The Publication of “Uncle Tom’s Cabin” in Slaveholding Brazil

The “European Moment” from Rey & Belhatte’s Edition (1853)

DANILO JOSÉ ZIONI FERRETTI

Departamento de Ciências Sociais

Universidade Federal de São João del-Rei

Praça Frei Orlando, 170, São João del-Rei, MG, 36.307-352, Brasil

daniloferretti@oi.com.br

RESUMO Este artigo estuda o processo de publicação no Brasil escravista do principal romance antiescravista do séc. XIX: *A Cabana do Pai Tomás*, da escritora norte-americana Harriet Beecher Stowe. Apresentamos as condições e modalidades de publicação do romance vigentes no Brasil entre 1853 e 1888 e nos concentramos na análise da edição, em português, publicada em Paris pela casa Rey e Belhatte, em 1853. Articulando referenciais da história social dos escritos, da história do livro e dos estudos de transferências culturais, consideramos as intervenções realizadas pelo tradutor da obra, mediante a análise do material peritextual e os direcionamentos de sentido aí propostos. Analisamos esse processo de edição como um caso de transferência cultural triangular, com destaque para a importância das mediações europeias que marcam a difusão do livro da autora norte-americana no Brasil. Demonstramos, finalmente, como a edição estudada buscou atenuar as expectativas sociais originais do romance. Ao substituir o imediatismo

Recebido: 31 mar. 2016 | Revisto pelo autor: 27 ago. 2016 | Aceito: 12 set. 2016

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000100009>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 189-223, jan/abr 2017

do abolicionismo de Stowe por uma interpretação gradualista, a edição permitia, aos seus leitores, conceber o fim da escravidão num futuro bem mais longínquo, no mundo lusófono.

PALAVRAS-CHAVE história do livro, Harriet B. Stowe, escravidão

ABSTRACT This paper studies the publishing process, in slaveholding Brazil, of the most important nineteenth-century American antislavery novel: Harriet Beecher Stowe's "Uncle's Tom Cabin". This text presents the conditions and modalities of the novel's publication in Brazil from 1853 to 1888, and focuses specifically on the analysis of the Portuguese-language edition, published in Paris by *Rey & Belhatte*, in 1853. Drawing on references from the social history of writings, history of the book and cultural transfers studies, we have considered the interventions effected by the translator, by means of an analysis of the peritextual material and the semantic shifts therein proposed. This edition process is herein analyzed as a case of triangular cultural exchange, highlighting the importance of the European mediations marking the circulation of "Uncle Tom's Cabin" in Brazil. We can observe in these analyses how the edition attenuated the novel's social expectations, replacing the immediacy of Stowe's abolitionism for a gradualism that allowed to reader to envision a very protracted end to slavery in the Portuguese-speaking world.

KEYWORDS history of the book, Harriet B. Stowe, slavery

INTRODUÇÃO

Como reação à aprovação da Lei do Escravo Fugitivo,¹ em 1851, Harriet Beecher Stowe, até então uma escritora pouco conhecida, começou a publicação, no jornal *The National Era*, de Washington, do folhetim A

1 Fruto de um compromisso entre políticos do Norte e setores escravistas do Sul, a Lei do Escravo Fugitivo (Fugitive Slave Act), de 1850, criava mecanismos que facilitavam a captura de escravos fugitivos e punia todo cidadão que lhes desse abrigo e suporte, mesmo nos estados do Norte, reforçando a escravidão nos EUA.

Cabana do Pai Tomás, editado em livro em 1852. O jornal era adepto do abolicionismo imediatista, crescente nos EUA desde os anos 1830, ainda que se distinguisse da linha garrisoniana predominante, por adotar uma estratégia discursiva mais moderada, voltada menos ao ataque aos escravocratas que à sua conversão moral. Estudos indicam tanto a proximidade de Stowe dessa linha abolicionista imediatista mais moderada, quanto sua importância para a escrita da escravidão realizada em *A Cabana do Pai Tomás* (Hedrick, 1994, p.203-209; Reynolds, 2011, p.92-96).

De fato, o romance se estruturava em torno de dois enredos, unidos por uma mescla de recursos do sentimentalismo e realismo e por culminarem em cenas de libertação de escravos. O primeiro eixo, centrado no Pai Tomás, narrava a trajetória desse escravo cristão, vendido por seu senhor endividado, através de diferentes situações de escravidão e senhores, em direção ao Sul dos EUA, movimento identificado como de progressiva degradação de suas condições de vida até sua morte na fazenda de algodão da Louisiana, por ordens de Simon Legree, senhor cruel e imoral. Nesse enredo, a ênfase era conferida à paciência e resignação cristãs de Pai Tomás, indicando sua resistência passiva à escravidão, representada pela recusa em cometer violência contra seus semelhantes, motivo da punição que levava à sua morte. Esta, por sua vez, era apresentada como um sacrifício expiatório, pois inspirara o bom proprietário George Shelby a libertar todos os escravos de sua fazenda, ato exemplar voltado à conversão imediata de leitores recalcitrantes frente à abolição.

O outro eixo narrativo contava a história da fuga da família de escravos mulatos formada pela bela Eliza, seu engenhoso marido George Harris e de seu filho Harry, em direção ao Norte dos EUA. Ele tematizava a *underground railroad*, tradicional rota de fuga de cativos, e concluía com a plena liberdade por eles alcançada ao atingirem o Canadá e a decorrente decisão de partirem voluntariamente para a África. Ainda que mantivesse a valorização dos princípios cristãos, o tom desse eixo conferia mais espaço às cenas de perseguição por traficantes de escravos e a consequente resistência ativa por George Harris, que não titubeou em usar a força para conquistar sua liberdade, ao modo dos patriotas

da independência americana, indicando que nem tudo era passividade e resignação em *A Cabana do Pai Tomás*.

A recepção desse romance foi marcada por reações extremas e de amplitude internacional. Entre o público dos estados escravistas do Sul dos EUA, ele gerou uma reação predominantemente negativa, suscitando nada menos que um ciclo de 29 romances críticos, os chamados romances “Anti Tom” (Jordan-Lake, 2005; Meer, 2005, p.73-103). Mas *A Cabana do Pai Tomás* foi, acima de tudo, um incomparável catalisador do entusiasmo antiescravista, dentro e fora dos EUA. O livro se tornou um dos maiores sucessos editoriais de todo o séc. XIX chegando, nos primeiros meses após a sua publicação, a um número de vendas, no Norte dos EUA, de cerca de 310 mil cópias. Somente em 1853, atingiu mais de um milhão e meio de exemplares vendidos na Inglaterra, cifras então somente ultrapassadas pela venda de Bíblias (Reynolds, 2011, p.128-137). Trata-se do fenômeno chamado pelos contemporâneos de “Tom Mania”: a difusão transnacional massiva, ao longo dos anos 1850, de várias edições do romance (38 na Inglaterra, 15 em espanhol, 11 em francês, 5 em português, 4 na Rússia, dentre outros), mas também de traduções e adaptações a diversos idiomas, linguagens e suportes materiais, tais como o folhetim, o teatro, a pintura, a canção, os *minstrel shows*, bibelôs, jogos infantis, etc. (Fisch, 2000, p.11-33; Reynolds, 2011, p.128-137). O Brasil não deixaria de sentir os ecos desse movimento de inserção do romance de Stowe em seu espaço público, processo marcado por complexidades e especificidades que somente começam a ser estudadas de modo sistemático.

O presente artigo se concentrará no processo de publicação no Brasil do mais importante romance abolicionista do séc. XIX, *A Cabana do Pai Tomás*, da escritora norte-americana Harriet Beecher Stowe, originalmente editado em 1852. Compreende-se, aqui, “publicação” na acepção mais ampla de *tornar público*, considerando as condições do espaço público do contexto específico estudado assim como as diversas modalidades mobilizadas (livro, folhetim, peças teatrais, etc.). Além da atenção aos gestos de edição dos escritos, o estudo da publicação assim entendido permite destacar o movimento mesmo de sua transmissão, os mediadores e agentes nela envolvidos, os usos a que foram submetidos

e os efeitos sociais decorrentes (Jouhaud; Viala, 2002, p.5-10). Mais especificamente, neste artigo, busca-se estudar um momento preciso desse processo de circulação transnacional do romance de Stowe, a saber, os aspectos envolvidos em sua edição em português, realizada em Paris, pela editora Rey e Belhatte, em 1853, que se revelou como a mais presente no Brasil oitocentista, conforme será apresentado mais adiante.

A dimensão transnacional desse processo será analisada mediante os referenciais dos estudos de transferências culturais. Valorizando os processos de circulação de agentes e bens culturais que ultrapassam as fronteiras nacionais, eles não se restringem ao aspecto estatal dessas trocas, como praticado pela história internacional. A noção de transferência privilegia menos o estudo do ambiente e do bem cultural de origem e mais o do papel por ele desempenhado no ambiente de recepção. O centro da investigação está em analisar as possíveis mudanças de sentido conferidas ao bem cultural por diferentes setores da sociedade receptora, revelando uma dimensão hermenêutica dos estudos de transferência, entendidas mais como processos de ressignificação simbólica que de simples deslocamentos espaciais. Para captar essas mudanças de sentido, estudam-se os vetores das transferências, identificados nas trajetórias dos mediadores culturais (no caso o tradutor), nas redes (aqui a da intelectualidade lusitana e a do comércio livreiro) e nas instituições nelas envolvidas (Espagne; Werner, 1987).

Sobre o fenômeno de difusão transnacional de *A cabana do Pai Tomás*, há uma florescente linha de pesquisas que se concentrou quase exclusivamente sobre uma concepção bilateral das trocas culturais, restringindo-se ao movimento entre os EUA e algum país europeu, como a Inglaterra (Fisch, 2000; Meer, 2005) ou Espanha (Surwillo, 2005). Já no artigo de Clair Parfait, sobre a recepção francesa do romance, e no livro de John MacKay, sobre sua recepção russa, os autores indicaram que esses processos envolviam outras mediações (britânica, para o caso francês, e germano-francesa, para o caso russo) para além da simples troca entre dois países, mas não desenvolveram esse aspecto da análise (Parfait, 2010; MacKay, 2006). Nessa linha, o estudo da publicação de *A Cabana do Pai Tomás* no Brasil adquire um interesse complementar por apresentar um caso de transferência cultural

que ultrapassa as relações bilaterais da maior parte dos estudos citados. Pois, conforme veremos, a publicação brasileira do romance de Stowe foi marcada pela mediação europeia, o que a torna mais complexa que uma transposição direta entre EUA e Brasil.

Compreende-se essa complexidade na medida em que se considera que, em meados do séc. XIX, as trocas diretas de objetos de cultura letrada entre os dois grandes países escravistas do Norte e do Sul da América eram relativamente raras. Então, o Brasil se integrava ao fluxo de produção de cultura letrada internacional predominantemente pela mediação do mercado do livro europeu. Lisboa e Paris, principalmente, impunham-se como escalas quase obrigatórias. Conforme nos lembra Sandra Vasconcelos, a recepção de romances em língua inglesa no Brasil oitocentista era, na maior parte dos casos, marcada pela mediação de traduções, principalmente francesas (Vasconcelos, 2002).

Para captar sua importância, é necessário considerar o dado específico da mediação luso-francesa a ser estudada, que corresponde a ter sido um exercício de edição. Buscaremos analisá-lo conforme a sugestão de Roger Chartier, para quem há - entre o horizonte de expectativa do autor e o dos leitores - a decisiva intervenção de todos os agentes envolvidos no processo de edição. Eles acabam inscrevendo, no suporte material dos livros, suas próprias expectativas, participando, assim, do processo de produção do significado (Chartier, 1997, p.284). Desse modo, nossa atenção se concentrará mais na análise dos dispositivos editoriais e dos efeitos de sentido por eles procurados, com destaque para o suporte material e o peritexto inserido (Genette, 1987; Chartier, 2015, p.143-167), não abordando o exercício propriamente de tradução textual e de análise iconográfica, que exigiriam desenvolvimentos que escapam às dimensões do presente artigo.

MODALIDADES DE PUBLICAÇÃO DE *A CABANA DO PAI TOMÁS* NO BRASIL ESCRAVISTA

Pensar a especificidade da publicação de *A cabana do Pai Tomás* no Brasil oitocentista significa pensar as condições de publicação do principal

romance abolicionista no único Estado-nacional plenamente escravista do ocidente. Deve-se, portanto, considerar sua publicação em um país que, ao longo do séc. XIX, foi marcado pelas complexidades de um espaço público moderno em fase de constituição, pela expansão dos espaços de debate coletivo e dos meios de livre divulgação do pensamento (parlamento, associações letradas, imprensa, editoras, etc.), em consonância com critérios vigentes nos sistemas liberais do período (Morel, 2005, p.297-300). Contudo, esse espaço era limitado pela existência de uma “ordem privada escravista”, sustentada e apresentada como intangível pela classe senhorial (Alencastro, 1997, p.17). Na década de 1850, no contexto imediatamente posterior à abolição efetiva do tráfico de escravos (1850), essas limitações eram reforçadas pelo empenho renovado dos setores escravistas em impor uma política de silêncio sobre o tema da escravidão, buscando ao máximo bani-lo do debate público (Parron, 2011, p.287-288). Para dar conta das possibilidades de publicação de escritos antiescravistas em meio a essas tensões, busca-se reconstituir o modo como o romance de Stowe criou sua própria trajetória no espaço público em constituição do Brasil escravista.

Pode-se, inicialmente, levantar a questão sobre quando começa a publicação de *A Cabana do Pai Tomás* no Brasil. A resposta não é óbvia. Um dado fundamental é que as primeiras publicações de trechos significativos do romance de Stowe em um periódico brasileiro, da mesma forma que uma edição brasileira do romance, parecem ter sido bastante tardias. Salvo novas descobertas, uma iniciativa pioneira foi a publicação, entre janeiro de 1887 e maio de 1888, de uma versão em folhetim do romance em *A Redenção*, jornal cujo redator, Antonio Bento de Sousa e Castro, era o líder dos caifazes. Tratava-se do grupo abolicionista de São Paulo que exigia a abolição imediata e que, para isso, passou à ação direta, incentivando fugas de escravos das fazendas e organizando seu acolhimento em quilombos urbanos, naquilo que ficou conhecido como uma versão brasileira da *underground railroad*, a rota de fuga dos escravos norte-americanos para o Canadá, descrita no romance de Stowe (Alonso, 2016, p.311-313). Seu surgimento correspondia à fase de maior radicalização do abolicionismo brasileiro e a decisão de publicar

a íntegra de *A Cabana do Pai Tomás* como folhetim fazia parte desse processo. Ainda assim, tratava-se de uma publicação tardia, ocorrida trinta e cinco anos após a edição original do livro e nos estertores do escravismo. No geral, a publicação brasileira do *Pai Tomás* distinguiu-se dos casos europeus pela quase inexistência de versões em folhetim.

Mais significativa parece ser aquela que, no estágio atual das pesquisas, pode ser considerada como a primeira edição brasileira de *A Cabana do Pai Tomás*. Ela data de 1893, exatamente quarenta anos após a chegada ao Brasil dos primeiros exemplares de edições europeias do romance e cinco anos após o fim da escravidão. No jornal *A Cidade do Rio*, propriedade do abolicionista José do Patrocínio, de 17 de maio de 1893, pode-se ler:

O conhecido editor Antonio A. da Silva Lobo preparou uma edição de luxo, ilustrada, da *Cabana do Pai Tomás*, obra de Mrs. Harriet Beecher Stowe, um quadro da escravidão na América do Norte, tradução de Cândido de Magalhães e dedicou essa bela obra à benemérita Confederação Abolicionista, oferecendo um exemplar a cada um dos membros da sua diretoria. A edição é belíssima, papel superior, gravuras de rara perfeição e linda cartanagem.²

Ao invés de um instrumento de combate contra a escravidão, difundido entre amplos setores de uma sociedade em busca de transformação, a primeira edição brasileira de *A cabana do Pai Tomás* foi concebida como um objeto de luxo, reservado a um pequeno número de figuras ilustres. Um monumento dedicado à comemoração de um evento passado, uma peça para a construção da memória da abolição da escravidão.

Um pouco menos tardias parecem ser as versões brasileiras para o teatro de *A cabana do Pai Tomás*. Esse o caso da edição, em 1881, no Rio de Janeiro, de uma tradução em português, feita por “Feliciano Prazeres, bacharel em direito”, de uma adaptação escrita originalmente pelos dramaturgos franceses Philippe Dumanoir e Adolphe d’Ennery, em

2 *A Cidade do Rio* (Rio de Janeiro), n. 131, p.01, 17 maio 1893.

1853.³ O mapeamento fino das inúmeras versões teatrais do romance de Stowe que circularam pelos palcos brasileiros é tema para um estudo específico. Por hora, vale chamar a atenção para a importância da modalidade teatral em sua publicação no Brasil escravista, que, nesse ponto, seguia a tendência internacional (Reynolds, 2011, p.169-211; Meer, 2005, p.105-160). Ela conquistou espaço principalmente a partir de 1876, após o sucesso, na Corte, da adaptação feita pela companhia do Teatro São Pedro de Alcântara, comandada por Guilherme da Silveira, que excursionou, ao longo das décadas de 1870 e 1880, por várias províncias do Império. Seu sucesso junto ao público incentivou inúmeras encenações por outras companhias, mais ou menos comprometidas politicamente, principalmente a partir do fortalecimento do movimento abolicionista, que impulsionou como nenhum outro fator a divulgação pública da obra.

Indício do caráter político desse novo entusiasmo foi o batismo da principal sociedade abolicionista de Sergipe de *A Cabana do Pai Tomás*. De forma semelhante, Joaquim Nabuco, o principal líder parlamentar do abolicionismo imediatista brasileiro, em 1882, lamentava não ter fundos para difundir o livro por todo o país.⁴ Tal função pedagógica, no entanto, foi desempenhada por algumas das versões teatrais, que assumiram papel central na estratégia abolicionista de conquista da opinião pública, conforme indica Angela Alonso (2016, p.126-144). A visão compassiva do negro e o antiescravismo vazado em tons sentimentais da escrita de Stowe coadunava-se com a “retórica da compaixão” que passou a balizar as estratégias abolicionistas de persuasão de amplos setores sociais que, após 1878, criava as condições para alargar a presença pública do *Pai Tomás*. Ele passava a ser indício e catalisador do processo de deslegitimação da escravidão, crescendo sua circulação à medida

3 D’ENNERY, Adolphe; DUMANOIR, Philippe. *A Cabana do Pai Thomaz, drama em 7 quadros de Adolphe d’ Ennery e Philippe Dumanoir*. Tradução de Feliciano Prazeres, bacharel em direito. Rio de Janeiro: Livraria popular de A. A. da Cruz Coutinho-Editor, 1881.

4 NABUCO, Joaquim. *Carta a Domingos Jaguaribe, etc..* Londres: 16 nov. 1882. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Sessão de Manuscritos – I-05,01,073.

que se fortaleciam as demandas por supressão imediata do cativeiro. A década de 1880, aparece, assim, como o auge da apresentação do *Pai Tomás* no espaço público brasileiro, movimento que se estendeu, um tanto atenuado, pelos anos 1890 e início do séc XX, quando era comum representá-lo no 13 de maio, em eventos comemorativos da abolição.

O caso brasileiro foi marcado, portanto, pela especificidade de ter deslocado para o final da década de 1870, e principalmente para a de 1880, a sua “Tom Mania”, fenômeno tardio promovido pelo surgimento do abolicionismo imediatista e a centralidade assumida pelo uso do teatro em suas estratégias de proselitismo. Não tivemos, no Brasil, uma “Tom Mania” na década de 1850, quando ela se manifestou na Europa e no Norte dos EUA. Faz-se necessário compreender essa complexa inserção no espaço público brasileiro do romance de Stowe, no momento de suas primeiras edições.

Para tanto, devem ser considerados os indícios de medidas de repressão, da existência de certo impedimento, por parte de autoridades governamentais, à sua circulação entre as décadas de 1850 e 1870. Para o ano de 1853, quando os primeiros exemplares começaram a chegar ao Brasil, encontramos casos de apreensão de edições pelo chefe de polícia de Fortaleza e sua proibição em Salvador e aí, novamente, por volta de 1864, conforme indicado por reclamações publicadas na imprensa. Também é conhecida a proibição, pelo chefe de polícia da cidade de São Paulo, da apresentação de uma versão teatral do romance, trazida pela já citada companhia de Guilherme da Silveira, em 1877. Para o Rio de Janeiro, existe a informação, apresentada em nota de jornal de 1861, de que teria havido anteriormente, em data não especificada, a apreensão e venda em hasta pública de exemplares importados do romance de Stowe, determinada por agentes da alfândega.⁵

5 As citações desse parágrafo correspondem, pela ordem, a *Pedro II* (Fortaleza), n. 1.256, p.04, 27 jul 1853; Z. Correspondência Particular do Grito nacional. *O Grito Nacional* (Rio de Janeiro), n. 591, p.04, 12 set. 1853; *A Reforma* (Rio de Janeiro), n. 150, p.02, 04 jul. 1873; Teatro São José. *Correio Paulistano* (São Paulo), n. 6.335, p.02, 14 dez. 1877; Comunicado. A Religião e a alfândega. *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro), n. 263, p.01, 07 out. 1861.

Os indícios acima indicam que não parece ter se configurado um caso de proibição plena e controle sistemático da circulação do romance, no mais, contrários aos princípios de livre expressão garantidos pelo parágrafo 4, do artigo 179, da constituição de 1824. Mas, antes, parecia predominar a atuação repressiva pontual por algumas autoridades em situações que considerassem atentatórias à ordem pública, intervenções essas que poderiam se escorar, mesmo que de modo discutível, nos dispositivos do Código Criminal de 1830. Ainda assim, essas intervenções parecem ter sido suficientes para tornar instável a presença do romance de Stowe no espaço público do Brasil escravista, entre as décadas de 1850 e meados da de 1870, ainda que não a impedissem.

Outro indício importante de medidas de coerção oficial é dado pelo depoimento de um contemporâneo. Trata-se do trecho do diário de George Dunham, um engenheiro norte-americano que, em 1853, veio instalar máquinas em fazendas na cidade baiana de Valença. No dia 4 de setembro, tratando de livros e leituras, ele escreve:

Eu acho que A cabana do Pai Tomás entrou no Brasil e que será lido pelas pessoas. Ele foi traduzido para o português por um francês e várias cópias entraram no país, mas o governo proibiu sua venda. Eu vi um brasileiro que sabia inglês lendo um livro em relação ao qual parecia muito cuidadoso para que ninguém visse o título, mas eu consegui ler na capa: A Cabana do Pai Tomás.⁶

O relato, ainda que breve, nos apresenta uma série de pistas. Primeiramente, ele reforça os indícios de práticas de repressão governamental sobre a circulação do romance, talvez fazendo menção à já citada proibição de venda em Salvador. Em segundo lugar, ele abre para a possibilidade de essas medidas repressivas terem gerado uma modalidade característica de leitura do romance no ambiente escravista brasileiro,

6 DURHAM, George. *Journal of George Durhan*, 1853 [Digital Version]. Houston, Texas: Rice University. Disponível em: <https://scholarship.rice.edu/jsp/xml/1911/9247/1/aa00026.tei.html>; Acesso em: 07 out. 2015.

marcada pela discrição e, no limite, pelo segredo, ainda que essa não pareça ter sido a única modalidade. Ambos os indícios, o da repressão e de uma leitura discreta, reforçam a relativa instabilidade e invisibilidade pública do romance de Stowe em ambiente brasileiro entre as décadas de 1850 e meados da de 1870, que vamos indicando.

Mas o trecho também aponta para um terceiro ponto essencial, que parece indicar o movimento contrário, que relativiza essa limitação de sua presença pública. Acima de tudo, ele afirma o interesse de setores do público brasileiro no romance e o relativo sucesso de edições estrangeiras no Brasil, seja a francesa apreendida, seja aquela em inglês do discreto leitor citado. Junto às outras informações da pesquisa, ele nos permite identificar a modalidade de publicação do romance de Stowe predominante no Império até o final da década de 1870: nem edições brasileiras, nem sua versão em folhetim, mas a circulação de edições estrangeiras do livro, principalmente europeias, que começaram a chegar a partir de 1853. O trecho nos aponta para as ambiguidades da presença do principal romance antiescravista no espaço público do único Estado-nacional plenamente escravista do Ocidente. Uma situação paradoxal, marcada pelas tensões entre o interesse do público e medidas esporádicas de repressão; entre a efetiva circulação de edições estrangeiras e a necessidade de realizar leituras escondidas. Nem a proibição oficial plena, nem a circulação livre e irrestrita, mas um jogo de tensões que configurava uma presença instável, pelo menos até meados da década de 1870.

Quanto às edições europeias que circularam pelo Brasil oitocentista, podemos ter uma amostra concentrando-nos nos indícios de sua presença na Corte. Analisando bibliotecas atuais, cujo acervo remonta ao séc. XIX, encontramos edições inglesas, francesas e alemãs, sendo a única americana uma edição tardia de 1896, já à soleira do séc. XX.⁷

7 No Catálogo virtual atual do Gabinete Português de Leitura do Rio encontramos as seguintes edições estrangeiras oitocentistas: *Uncle Tom's Cabin*, 2 vols.. Leipzig: Bernard Tauschnitz, 1852; *La cabane de l'Oncle Tom, ou la vie des nègres en Amérique*. Trad. Alfred Michiels. Paris: Garnier, 1853 (2ª Ed.) (também citado no *Catálogo dos Livros do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de F. O. Q. Regadas, 1858); *La case de l'oncle Tom*. Traduit par Leon Pilatte. Introduction par George Sand. Paris: Michel

Contudo, a pesquisa nos jornais cariocas das décadas de 1850 a 1880 e nos catálogos de bibliotecas de meados a final do séc. XIX nos indica que as edições mais recorrentes foram de traduções para o português.

A partir de pesquisa realizada no Brasil, em Portugal e na França, foram encontradas cinco diferentes edições oitocentistas em português de *A Cabana do Pai Tomás*, todas de 1853. Quatro delas foram lançadas em Portugal, destacando-se aí a predominância de edições voltadas a um público amplo, atreladas a coleções em suporte simples, vendidas em fascículos a baixo preço. Assim, o livro de Stowe aproveitou os novos formatos das coleções populares recém-surgidas em Portugal, que permitiram uma difusão do romance por públicos diversificados, parte significativa dele entrado há pouco no mundo da leitura (Anselmo, 1997, p.143). Três foram essas edições populares:

- *A Cabana do Tio Thomaz, ou a vida dos negros na América*, Lisboa: editor e tradutor Antonio Urbano Pereira de Castro, na coleção “Galeria Literária”, sem peritexto;
- *A Cabana do Pai Thomé, ou vida dos negros na América*, Lisboa: Tipografia Universal (de Eduardo de Farias), na coleção “Biblioteca Econômica”, com 28 gravuras e prefácio de La Bedolière, tradutor para o francês.
- *A cabana do Pai Thomaz, ou os negros na América*, Porto: editora de José Lourenço da Silva, na coleção “Biblioteca das Damas”, em quatro volumes, in-12, sem peritexto.

Haveria ainda, outras duas edições que não seguiam esse formato popular das coleções em fascículos:

Levy Freres, 1868. Disponível em: <http://rgplopac.bibliopolis.info/opac/default.aspx?ContentAreaControl=palavra.ascx>; Acesso em: 12 out. 2015. No catálogo atual da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *Uncle Tom's Cabin; or, Negro life in the slave states of America*. London: Richard Bentley, 1852; *Uncle Tom's Cabin; or, Life among the Lowly*. Boston: Houghton, Mifflin, 1896. Disponível em: http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=dpt_retroconor_pr&db=-dpt_retroconor&use=kw_livre&disp=list&sort=off&ss=new&arg=Stowe&x=0&y=0; Acesso em: 12 out. 2015.

- *Cabana do Pae Thomaz, ou os negros na América*. Lisboa: Typographia do Centro Commercial, em 2 volumes in-12, sem peritexto.
- *A cabana do Pai Thomaz ou a vida dos pretos na América, romance moral*. Paris: Rey et Belhatte, 1853, tradução para o português e introdução de Francisco Ladislau Álvares de Andrade, em 2 volumes in-12, com 12 gravuras em aço, breve biografia da autora e prefácio de George Sand.

Essa última edição lisboeta ainda mantinha certa simplicidade de composição; já a edição Rey e Belhatte era elaborada com maior apuro formal, sendo aquela citada no testemunho visto de George Dunham (que confundiu a origem editorial com a nacionalidade do tradutor). Junto à edição popular lisboeta da “Biblioteca Econômica”, essa edição parisiense foi aquela sobre a qual foi encontrado o maior número de indícios de presença no espaço público brasileiro oitocentista. É a edição sobre a qual me concentrarei.

REY E BELHATTE E A EDIÇÃO PARISIENSE DE LIVROS EM PORTUGUÊS

Para compreendê-la, deve-se partir da consideração de que, no séc. XIX, Paris era um grande centro mundial de produção e comércio de livros. Se havia a edição e venda de livros em inglês, alemão, italiano, espanhol, mesmo persa e mongol, havia também a produção e o comércio de livros em português. Essa produção encontrava seu principal público consumidor entre as populações dos países lusófonos, para onde ela era exportada, destacando-se a casa Aillaud como a líder desse segmento do mercado (Cooper-Richet, 2009; 2013, p.135-140).

Rey e Belhatte, que nos interessa aqui, era uma casa de comércio, edição e, principalmente, comissão de livros, formada a partir da união entre Théodore Albert Rey e Germain Eugène Belhatte que, pelo menos desde 1847, atuava no Quai des Augustins, n. 45. Pelo que podemos observar da análise dos catálogos preservados na Biblioteca Nacional

da França, em seu início, Rey e Belhatte dedicavam-se ao comércio de livros internacionais, sem nenhuma especial presença portuguesa. Mas, em abril de 1851, após a morte de Pierre Joseph Rey, o pai de Théodore Albert Rey, proprietário da casa Rey e Belhatte, essa acabou por comprar o antigo acervo da livraria paterna, a “Rey et Gravier” (Rebolledo-Dhuin, 2011, p.600). Fundada em 1815, “Rey et Gravier” carregava uma tradição de mais de três décadas de comércio direto com o mercado português e de publicação, em Paris, de livros nessa língua (Rebolledo-Dhuin, 2011, p.132).

Com a incorporação do acervo da livraria paterna, observa-se, a partir de 1851, um processo de especialização da casa Rey e Belhatte no comércio de livros lusófonos, que se completou em 1857, quando a capa de seu catálogo passou a ser ornada pelo brasão do reino português e a trazer a caracterização dos livreiros como sendo “autorizados por Sua Majestade o Rei de Portugal”. Mais importante ainda, pela primeira vez, os livros em português eram mais numerosos que aqueles em qualquer outra língua (ver tabela 1).

Tabela 1 - Livros em língua estrangeira nos catálogos da Livraria Rey e Belhatte.

Ano	Latim	Italiano	Espanhol	Inglês	Português
1848 ou 1849 ⁸	04	60	22	01	00
1851	02	26	04	00	08
1853	00	36	04	00	20
1857	03	13	02	00	26
1860	03	11	00	00	26

Fontes: *Catalogue de la librairie de Rey et Belhatte*, Paris, Rey et Belhatte, s/d e o mesmo para os anos de 1851, 1853, 1857 e 1860, Biblioteca Nacional da França, Q-10(REY).

8 O primeiro catálogo de Rey et Belhatte não traz data, mas, como apresenta obras publicadas no ano de 1847, podemos supor que seja dos anos imediatamente posteriores, de 1848 ou 1849.

Percebe-se que, ao longo da década de 1850, Rey e Belhatte se apresentou, ao lado da casa Aillaud, como uma das mais importantes do mercado parisiense de livros em português. Um aspecto que deve ser destacado é a comum origem de todos esses livreiros e a ampla rede comercial que estabeleceram entre a França e o mundo lusófono. Exceto os Belhatte, todos os demais — os Aillaud, os Rey, os Gravier — faziam parte dessas famílias de antigos mercadores ambulantes que, desde o início do séc. XVIII, haviam saído de suas aldeias nos Alpes franceses, próximos à cidade de Briançon, para abrir lojas de livros em grandes cidades portuguesas e mesmo brasileiras (a partir do início do séc. XIX) onde controlavam fatias significativas do comércio desse produto (Fontaine, 2003, p.69-94).

Ao considerarmos os domínios de saber mais vendidos pela casa Rey e Belhatte em seus catálogos (tabela 2), notaremos a importância conferida à literatura como uma das áreas mais investidas pela livraria.

Tabela 2 - Livros vendidos na livraria Rey e Belhatte por tema

Ano	1851	1853	1857	1860
Direito Internacional, Diplomacia	06	05	12	01
Dicionários, Línguas, Gramáticas	30	33	32	27
Geografia, Viagens, Atlas.	12	05	05	06
História, Memórias	33	22	13	07
Ciências Naturais, Matemática	14	11	07	02
Literatura	40	37	22	18
Filosofia, moral	16	10	06	03
Direito	12	08	12	05
Outros	46	28	21	18

Fonte: *Catalogue de la librairie de Rey et Belhatte* para os anos de 1851, 1853, 1857 e 1860, Biblioteca Nacional da França, Q-10 (REY).

Mas, se analisarmos com mais atenção, veremos que a literatura vendida por Rey e Belhatte era principalmente composta de poesias, em sua maioria escritas por autores reconhecidos (Tasso, Dante, Ariosto, Camões, La Fontaine, Gil Vicente, etc.), verdadeiras glórias literárias nacionais de Portugal, Itália e França. Ou seja, uma literatura já consagrada e de aceitação pública quase garantida. Contudo, quanto ao gênero do romance contemporâneo, encontramos pouquíssimos títulos listados, tais como *A Condessa de Charny*, de Alexandre Dumas, e *A Cabana do Pai Tomás*, de Stowe, ambos traduzidos em português por Francisco de Andrada. Vemos claramente que *A Cabana do Pai Tomás* diferia significativamente do gênero de literatura vendida na loja de Rey e Belhatte, exceto pela razão fundamental que era de provável venda fácil.

O sentimento de deslocamento do romance de Stowe se acentua se, por outro lado, passarmos da consideração dos livros vendidos para aqueles publicados pela Rey e Belhatte entre 1847 e 1862. Dentre os doze títulos encontrados, não parece haver nenhuma política editorial coerente, exceto no que diz respeito aos públicos (sobretudo lusófono, mas também o infante-juvenil) visados pela prática de comércio da casa.⁹ Nesse contexto editorial de relativa dispersão temática, *A Cabana do Pai Tomás* se apresentava como o único escrito literário publicado pela Rey e Belhatte.

9 Os catálogos da Rey e Belhatte não indicam os editores dos livros à venda, de forma que, para identificar os livros editados pela casa, foi realizada uma busca no acervo da Biblioteca Nacional da França, resultando nos seguintes títulos, todos editados em Paris: DU BEUX, Jean-César. *Études sur l'institution de l'avocat des pauvres* [1847]; CASTILHO, Alexandre Magno de. *Almanach de lembranças para 1852* (e 1853), [1851 e 1852]; STORCH, Heinrich F. von. *Cours d'économie politique, ou Expositions des principes qui déterminent la prospérité des nations* [1852]; BARDY, Gustave. *L'Algérie et son organisation en royaume* [1853]; STOWE, Harriet B. *A Cabana do Pai Thomaz* [1853]. *O guia da mocidade, obra traduzida do francês, e aprovada por sua Eminência o cardinal Patriarca de Lisboa para a educação religiosa da mocidade de ambos os sexos* (sic) [1854]; NUÑEZ DE TABOADA, Manuel. *Diccionario francés-español y español-francés* [1855]; GUINODIE, Raymond (fils aîné). *Traite d'application de l'algèbre à la géométrie à deux et à trois dimensions* [1858]; NUÑEZ DE TABOADA, Manuel. *Diccionario francés-español y español-francés: más completo que todos los que se han publicado hasta ahora* [1859]; COQUEIRO, João Antonio (do Maranhão). *Tratado de aritmética, para uso dos colégios, liceus e estabelecimentos de instrução secundária* [1860]; COQUEIRO, João Antonio. *Soluções das questões propostas no tratado de aritmética* [1862]; CHERNOVITZ, Pierre-L-N. *História natural para meninos e meninas* [1862].

Se analisarmos seu aspecto material, podemos supor que Rey e Belhatte visava um setor específico do público leitor. No número de janeiro de 1853 da revista *Bibliographie de la France*, a editora publicava um anúncio publicitário de sua edição em português de *A Cabana do Pai Tomás*, apresentando-a como uma “jolie édition”.¹⁰ Ela era vendida a 7 francos, em dois volumes, in-12, mas com um aparato peritextual considerável (breve biografia da autora, introdução do tradutor, prefácio de George Sand) e principalmente 12 ilustrações em aço, o que a tornaria bastante diferente das outras edições em português em fase de elaboração, em sua maioria sem aparato peritextual e ilustrações (exceto a edição popular lisboeta da Biblioteca Econômica, no mais, muito mais simples). Longe de seguir o modelo das edições populares a baixo custo (2 a 3 francos) do formato Charpentier (Mollier, 2008, p.33) ou das versões em fascículos, que predominava em três dentre as quatro edições portuguesas do livro, a edição parisiense de Rey e Belhatte era um produto de certa qualidade, projetado principalmente para os setores de elite de um mercado lusófono restrito mas em plena expansão.

Percebe-se que, no início dos anos 1850, para a recém surgida casa Rey e Belhatte, a edição quase luxuosa de uma tradução de *A Cabana do Pai Tomás*, mesmo implicando um provável custo mais elevado e estando um tanto deslocada em relação ao tipo de literatura que produzia e vendia, era um meio de consolidar sua projeção no mercado livreiro dos países lusófonos. O romance de Stowe era uma mercadoria de grande potencialidade de venda, como demonstrado pelos mercados norte-americano e europeu. Ainda quase virgem, pois, no início de 1853, as demais edições portuguesas ainda estavam em processo de elaboração, o mercado lusófono se apresentava como um território a ser conquistado e partilhado.

Mas essa edição não se explica somente pelo interesse comercial da editora, pois ela também sofreu a intervenção de seu tradutor e foi usada para tornar possíveis suas próprias estratégias de promoção profissional e de atuação política e intelectual.

¹⁰ *Bibliographie de la France* (Paris), n. 01, p.07, 01 jan. 1853.

**FRANCISCO LADISLAU ALVARES DE ANDRADA:
MEDIADOR LIBERAL E MORALISTA**

Francisco Ladislau Alvares de Andrada foi um letrado de pouca projeção na cena intelectual portuguesa do séc. XIX e menor ainda na francesa. Nascido, em 1799, na cidade de Tavira, era filho de militar. Plebeu sem grande fortuna, em 1820, conseguiu um posto de amanuense no Ministério dos Estrangeiros português e partiu para Paris sob a proteção do diplomata Francisco José Maria de Brito. Era o início de uma longa carreira como copista de documentos históricos nos arquivos parisienses. Uma trajetória marcada, entre os anos de 1830 e 1851, por frequentes deslocamentos entre Portugal e França, solicitações de promoção para o posto de adjunto de embaixada e de várias demissões seguidas de reincorporações ao quadro do Ministério dos Estrangeiros português, como mostra o minucioso estudo de Rosa Esteves (Esteves, 1985). Uma situação profissional e econômica instável, marcada por constantes esforços para conquistar o apoio de políticos influentes que permitissem garantir maior estabilidade e vantagens profissionais.

Em 1825, Francisco de Andrada consegue encontrar um novo protetor, o visconde de Santarém, importante diplomata e intelectual que se tornou ministro dos Negócios Estrangeiros durante o reinado “absolutista” de D. Miguel, de quem foi um dos ideólogos mais fiéis, mas que não deixou de manter boas relações, e até alguma influência política, junto a figuras de governos liberais subsequentes (Protásio, 2006). Dedicado a pesquisas históricas para sustentar as demandas diplomáticas portuguesas, o visconde consolida, com Francisco de Andrada, uma relação de proteção somente rompida em 1851, apesar de abalada desde 1844 (Esteves, 1985, p.516-517).

No turbulento contexto político do Portugal do início do séc. XIX, Francisco de Andrada teve sua fidelidade política colocada em questão tanto por absolutistas quanto por liberais. Mas o autor se destacou por manifestações públicas de alinhamento às fileiras liberais, tendo inclusive pego em armas, em 1832, como soldado do batalhão de voluntários da rainha contra as forças miguelistas, ainda que dificilmente

pudesse ser identificado com qualquer forma de radicalismo (Esteves, 1985, p.494-495).

Entre a instabilidade profissional e as complexas implicações de seu engajamento político, Francisco de Andrada acabou dedicando-se a algumas iniciativas de edição e tradução, área na qual teve alguma visibilidade. Além de certo uso para obter apoio político e vantagens profissionais, mediante o investimento intensivo em dedicatórias a figuras coroadas (a D. Maria II, a D. Pedro IV, à sua esposa a Duquesa de Bragança), as edições de suas traduções não deixaram de ser marcadas por um esforço de difusão de uma certa visão da moralidade. Tema onipresente, que confere coerência às obras que traduziu e editou, a moral à qual apelava era apresentada como uma síntese entre a religião e a filosofia, entre os valores tradicionais do cristianismo e os novos do mundo liberal. Ela seria a condição de estabilização da nova ordem criada pelo regime liberal, baseada na condenação da “ambição” (entendida como preservação das tradicionais hierarquias sociais), na fidelidade às instituições públicas consolidadas e à religião, no controle das paixões e na disciplina do tempo cotidiano de trabalho.

Assim, como mediador cultural, Francisco de Andrada não escolheu as produções mais radicais do pensamento francês para introduzir em Portugal. Nesse sentido, devemos matizar a imagem, criada por Diana Cooper-Richet, dos mediadores culturais lusófonos da primeira metade do séc. XIX, como “liberais, anticlericais e antiabsolutistas”, “leitores dos enciclopedistas, de Voltaire, de Rousseau e de Montesquieu” (Cooper-Richet, 2009, p.553). Francisco de Andrada se apresentava como um liberal, mas seguidor de uma linha moderada, um mediador cultural que orientou sua prática de tradução e edição por um viés cristão e moral muito acentuado. Não foi o repertório da ilustração ou o de seus caudatários oitocentistas mais críticos que ele escolheu para traduzir, mas buscou escritores como o Pierre Jussieu do manual escolar católico *Simon de Nantua*, exclusivamente a porção moralista dos escritos de Benjamin Franklin, as bulas do arcebispo de Paris (no entanto, mais liberal que a maioria do clero português) ou o ingênuo romance *Picciola*,

de Saintine, elogiado pelo Papa. Também sua tradução e edição de *A Cabana do Pai Tomás* se insere nesse movimento.

Porém, para compreender a intervenção de Francisco de Andrada na edição parisiense de *A Cabana do Pai Tomás*, devemos considerá-la como o resultado de uma situação particular marcada pela perda de seu posto no Ministério dos Estrangeiros e também da proteção do Visconde de Santarém (Esteves, 1985, p.517). Sem emprego e sem protetor, a partir de novembro de 1851, Andrada encontrará na retomada da prática da publicação de suas traduções uma alternativa para realizar seus objetivos: o mais imediato, de conseguir algum dinheiro para se manter, e o de mais longo prazo, de encontrar um posto de trabalho vantajoso, o que exigia o apoio de um novo protetor. Percebe-se que Francisco de Andrada participa, durante os anos de 1853 e 1856, da publicação de três livros. Dois eram traduções de romances de provável boa vendagem, como *A cabana do Pai Tomás* (1853), então um sucesso internacional, e *A condessa de Charny* (1854), de um escritor consagrado como Alexandre Dumas. O outro livro não era uma tradução, mas uma obra de diplomacia de sua autoria: *A Rússia, A Turquia e o caso da atual guerra do Oriente*, publicado em 1856.

Com esse último livro, Francisco de Andrada aproveitava o interesse pela guerra da Criméia para se projetar como especialista em assuntos diplomáticos, parte de uma estratégia de aproximação de alguns intelectuais portugueses de quem buscava atrair a atenção e a proteção (Esteves, 1985, p.517), em sua maior parte figuras que retornavam ao poder com o movimento da “regeneração” de 1851. Dentre esses, destacava-se o Visconde de Sá da Bandeira, importante figura política e diplomática portuguesa, então responsável pela renovação e liderança do Conselho Ultramarino, órgão governamental de gestão dos negócios coloniais que, após sua reorganização em 1851, tornou-se o centro de formulação de uma política de exploração dos territórios portugueses na África (Almeida; Sousa, 2006, p.07-10). Sá da Bandeira era também o líder do abolicionismo em Portugal, e eis que encontramos a primeira relação de Francisco de Andrada com a questão da escravidão, até então ausente

de toda sua trajetória intelectual. Ao Visconde de Sá da Bandeira, Francisco de Andrada escreveu a dedicatória inserida em sua tradução para o português de *A Cabana do Pai Tomás* que, dessa forma, participa de seu esforço de aproximação de um possível protetor.

A EDIÇÃO: REDEFININDO AS EXPECTATIVAS DE *A CABANA DO PAI TOMÁS* PARA O PÚBLICO LUSÓFONO

A decisão de Francisco de Andrada de conquistar a proteção do Visconde de Sá da Bandeira teve desdobramentos fundamentais no modo pelo qual *A Cabana do Pai Tomás* foi editado por Rey e Belhatte. Pois tudo indica que Francisco de Andrada foi o agente mais importante na composição daquela edição: ele produziu o material peritextual que a acompanha e que visava orientar o leitor para um certo sentido, sobre o qual concentrarei minha análise.

A dedicatória, voltada, como vimos, para o Visconde de Sá da Bandeira, recusava a lisonja, pois “nem V. Ex. está no poder, nem é esse o meu defeito”, o que era duplamente falso, pois Andrada era um adulator notório, como podemos ver pelas dedicatórias de suas outras traduções, e o Visconde estava então na direção do Conselho Ultramarino. Mas se, por um lado, a dedicatória visava esconder a busca de proteção pessoal para o tradutor, por outro, ela tornava visível um mecanismo de politização da edição pelo elogio das “ideias generosas”¹¹ do Visconde, o que, para o leitor português de então, era uma clara referência ao seu engajamento abolicionista.

Devemos considerar, portanto, que, mediante a dedicatória, Andrada buscava ligar sua edição de *A Cabana do Pai Tomás* ao esforço político capitaneado pelo Visconde de Sá da Bandeira, desde 1849, para a aprovação, pelo parlamento, de vários projetos de lei visando acabar com a escravidão nas colônias portuguesas. Como foi mostrado por João

11 STOWE, Harriet Beecher. *A cabana do Pai Thomaz ou a vida dos pretos na América, romance moral*. Traduzido em português por Francisco Ladislau Álvares d'Andrada. Paris: Rey et Belhatte, 1853, p.IV.

Pedro Marques, essas iniciativas confluíam na proposta de aplicação de leis de libertação do ventre para as colônias da Ásia e África e passagem dos escravos para o estatuto bastante ambíguo de “libertos” (Marques, 2008, p.50-55). Elas seriam o coroamento de um longo empenho de Sá da Bandeira, começado em 1836, no combate à escravidão baseado em uma estratégia gradualista: recusando sua anulação imediata, conforme preconizada por abolicionistas ingleses e americanos a partir dos anos 1830, o fim da escravidão deveria ser o resultado de uma série de medidas legais aprovadas ao longo dos anos, uma supressão lenta, que minorasse os danos aos proprietários e as possibilidades de conflitos sociais mais intensos por parte dos escravos (Marques, 2008, p.40-41).

O que nos interessa é que essa expectativa de longo prazo do abolicionismo português destoava significativamente da expectativa política, marcadamente imediatista, do abolicionismo de Beecher Stowe em *A Cabana do Pai Tomás*, conforme era sugerido no episódio final, em que a morte do Pai Tomás leva o jovem senhor George Shelby a libertar, de forma imediata e exemplar, todos os seus escravos. Diante desse conflito de expectativas sociais, Francisco de Andrada realizou uma série de intervenções no peritexto da edição Rey e Belhatte que visavam orientar uma leitura do romance mais adequada à expectativa do abolicionismo gradualista de Sá da Bandeira.

Isso se tornava claro, primeiramente, no prefácio que escreveu à sua edição parisiense de 1853. Após um primeiro movimento, em que aproximava a realidade social dos Estados Unidos da dos países lusófonos, encontramos, pelo final do prefácio, um movimento contrário, que destacava a distância entre essas realidades. Pois, “a persistência da escravidão nos Estados Unidos, contra a qual essa obra reclama, não pode ter aí a mesma desculpa que no Brasil, e nas colônias portuguesas, cujo estado físico e moral não se pode comparar com o daqueles”.¹² Ou seja, a persistência, por alguns anos, da escravidão não era desculpável nos Estados Unidos, mas o era no Brasil e nas colônias portuguesas.

12 STOWE, 1853, p.XVIII.

Essa distância era a condição para tranquilizar os leitores dos territórios escravagistas lusófonos a propósito da necessária continuidade da escravidão, então apresentada pelo tradutor como “talvez por muito tempo ainda um mal necessário”.¹³ O argumento era reforçado pela inserção do trecho de um texto do conde de Carlisle, que serviu de prefácio a uma das edições inglesas do romance, onde ele destacava a importância de “ser justos e razoáveis para com aqueles que são ainda obrigados a sustentar a escravidão” que, de sua parte, estaria tão enraizada em alguns países que sua extinção imediata seria impossível sem “ferir muitos outros interesses capitais”.

Vemos que a edição organizada por Andrada atenuava a expectativa social original do romance, conferindo-lhe um sentido gradualista. Mas esse movimento de atenuação não se resumiu à sua relação com a questão da escravidão. Ele estava também presente no modo como o peritexto apresentava a abordagem, no livro, da questão da transformação social e de seu tratamento pelo gênero romance. Podemos ver essa orientação de maneira mais clara na mudança operada por Francisco de Andrada no subtítulo do livro. Originalmente, como subtítulo, Beecher Stowe havia escolhido “*life among the Lowly*”, algo como “vida entre os humildes”. Segundo Claire Parfait, no caso da recepção francesa, traduções próximas ao subtítulo original não estavam presentes em nenhuma das 11 edições surgidas entre 1852 e 1853, sendo preferidas variações de “vida dos negros (ou escravos) nos Estados Unidos” (Parfait, 2010). A edição organizada por Francisco de Andrada seguia essa tendência das edições francesas, uma vez que introduzia, como subtítulo, “vida dos pretos na América”, mas ia além, pois conferia um estatuto genérico ao livro designando-o como “romance moral”.

Esse esforço por destacar a dimensão moral do romance de Stowe era compatível com a prática intelectual e editorial moralizante anterior de Francisco de Andrade, já indicada. Mas também podemos nele identificar o peso do contexto francês de recepção de *A Cabana do Pai Tomás*, que se manifestava mediante as inserções de trechos de

13 Citações desse parágrafo correspondem, respectivamente, a STOWE, 1853, p.XVII, p.XVIII.

textos publicados naquele país no peritexto elaborado por Francisco de Andrada. Ocorrida a partir de 1852, imediatamente após os conflitos de 1848, a recepção francesa de *A Cabana do Pai Tomás* talvez tenha sido menos marcada pela questão da escravidão, resolvida na França pela abolição em 1848, como o mostrou Clair Parfait (2010), que pelo debate, estudado por Judith Lyon-Caen, em torno do papel social da literatura, de sua relação com a ação social das massas, a revolução, o crime, etc. (Lyon-Caen, 2006, p.61-88). Na França, o romance de Stowe foi saudado, por alguns escritores, como um exemplo de escrita moral, pacificadora, o exato contrário do “romance social” que, desde os anos 1840, era acusado de ser a fonte dos confrontos sociais e toda série de imoralidades públicas, situação que atingiu um estágio paroxístico após 1848. Nesse contexto, a introdução, por Francisco de Andrada, no subtítulo da edição Rey e Belhatte, da designação genérica de “romance moral” pode ser considerado como uma tomada de posição e uma forma de marcar um distanciamento em relação a uma literatura vista como socialmente perigosa: o “romance social”.

Mas Francisco de Andrada fez ainda mais: ele introduziu, em seu prefácio, um longo trecho retirado do *Journal des Débats Politiques et Littéraires*, de Paris, cuja autoria, não citada, era do jornalista John Lemoine, que reproduzia as linhas gerais dessa recepção favorável do romance pelo destaque de seu caráter moral. Aí vemos que “a autora do Pai Tomás não pretende fazer, todavia, uma pregação democrática (...) ela compreendeu perfeitamente que deveria manter-se sobre esse terreno puramente moral”.¹⁴ Essa recusa explícita do caráter “democrático” do romance, palavra que, naquele contexto específico remetia à luta social e, no limite, à multidão em armas, se desdobrava na valorização do caráter sentimental do livro, uma vez que ele “fala não só à razão, mas aos corações e aos olhos”. Mais ainda, ele é “a mais direta emanção do espírito cristão”, ou “a única moral deste livro é a do Evangelho, é a que diz: felizes dos pobres de espírito (...), felizes os que sofrem perseguição pela justiça... amai vossos inimigos (...)”. E essa apresentação de uma escrita baseada

14 As citações desse parágrafo correspondem, por ordem, a STOWE, 1853, p.XIII, p.X, p.XII.

na moralidade cristã, efetivamente presente em Beecher Stowe, foi destacada para servir a preocupações mais concretas de setores conservadores da sociedade francesa, pois ela foi apresentada como sendo “a única capaz de sossegar, e de consolar os escravos modernos, e que possui o segredo de lhes inspirar paciência”. Pai Tomás e seu apego pacífico à fé diante do sofrimento era tomado, pelo escritor do *Journal des Débats* como um exemplo para os “escravos modernos” da Europa posterior aos levantes de 1848. Um exemplo apropriado também para servir à operação de apresentação do romance como um escrito desprovido de radicalidade, pelo destaque dado ao seu caráter apaziguador, visando torná-lo mais aceitável ao público lusófono. Isso era válido tanto para o Portugal da “Regeneração”, que buscava pôr fim a três décadas de confrontos políticos violentos, quanto para as regiões marcadas pela escravidão, como o Brasil, onde o romance seria previamente visto como ameaçador.

Essa operação culminaria com a inserção, após o prefácio, da resenha da escritora George Sand sobre o romance de Stowe, originalmente publicado no exemplar de 20 de dezembro de 1852 do jornal parisiense *La Presse*. George Sand fora uma das expoentes do romance social durante os anos 1840, mas a desilusão com a repressão violenta ao movimento de 1848, ao qual aderira, fizera com que se retirasse para o campo e se dedicasse a escrever romances “amáveis” em ambientes pastoris (Lyon-Caen, 2006, p.263-264). Seu entusiasmo com o livro de Stowe parecia vir da possibilidade de unir o tom ameno de sua escrita presente com a combatividade de sua produção anterior.

Para tanto, Sand apresenta Stowe como uma autora talvez desprovida de talento, mas marcada pelo gênio e, mais que isso, marcada pela santidade. Stowe é, antes de tudo, uma “santa”, “sim, uma santa! três vezes santa” e Sand reforçava os traços cristãos, femininos e emotivos do romance, pois “é forçoso convir que o gênio reside no coração, que o poder está na fé, que o talento é a sinceridade, e que, finalmente, o triunfo e o sucesso dependem da simpatia”.¹⁵

15 As citações desse parágrafo correspondem a STOWE, 1853, p.XXV.

“Coração”, “fê”, “sinceridade”, “simpatia”: a estas palavras, que designariam a força do livro e que eram estranhas ao vocabulário da crítica social ou política, Sand ajuntaria que “ele é essencialmente doméstico e familiar, esse bom livro...” ou ainda, que “as crianças são os verdadeiros heróis de Mme. Stowe”. Contudo, esse quadro angelical, que correspondia, efetivamente, a elementos da escrita de Beecher Stowe, mas que, nas resenhas de George Sand, se transformaria em seu aspecto central, era um pouco relativizado nas últimas linhas, quando Sand lembrava aos leitores que “os santos também têm as suas unhazinhas, que enterram, não na carne, mas na consciência. Uma pequena dose de ardente indignação, de terrível zombaria, não fica, com efeito, mal a esta boa Harriet Stowe, a essa doce criatura, tão humana, tão religiosa e tão cheia de união evangélica”.¹⁶ Sua potencialidade crítica, rapidamente lembrada, era logo atenuada pela doçura, pela humanidade e pela religião da autora que transformava o livro em um guia de “ação evangélica”. Elaborava-se uma apresentação mais palatável tanto às elites européias, atemorizadas com a ameaça do levante popular, quanto à classe senhorial brasileira, ciosa do controle de seus escravos.

A EDIÇÃO REY E BELHATTE NO BRASIL

Em nota de rodapé à sua tradução, Francisco de Andrade afirmava que “este meu trabalho é principalmente destinado para o Brasil, aonde a admirável obra de Mrs. Stowe pode e deve ser mais apreciada que em parte alguma”.¹⁷ E os indícios de sua publicação colhidos indicam que foi principalmente no Império brasileiro que a edição de Rey e Belhatte mais se propagou. Ela também chegou a Portugal, por intermédio das redes comerciais de livreiros franceses, conforme a única notícia encontrada nos jornais portugueses pesquisados, que informa ser ela vendida no Armazém de Livros de Moré, o francês dono da livraria mais seleta do

¹⁶ As citações desse parágrafo correspondem a STOWE, 1853, p.XXVIII.

¹⁷ STOWE, 1853, vol. 2, p.33.

Porto, ao preço de 1200 réis.¹⁸ Ela era quatro ou seis vezes mais cara que os 300 ou 200 réis cobrados pelas edições populares do mesmo romance.

No Brasil, a edição Rey e Belhatte circulou amplamente. Ela foi das primeiras a chegar ao país, sendo mencionada nos anúncios de jornais de São Luis do Maranhão já em agosto de 1853.¹⁹ Encontramos traços seus em outras regiões: na Bahia, confundida no depoimento visto de George Dunham, ela parece ter sido proibida, em Recife compunha o acervo do Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, ela era vendida em 1858 e constavam dois exemplares no catálogo do Gabinete Português de Leitura e outros tantos no da Biblioteca Municipal, de 1878. Em São Paulo, era vendida na loja do Correio Paulistano.²⁰ Em Fortaleza, era vendida na livraria de J. José de Oliveira e Cia., e o era até na pequena Bananal, importante centro produtor de café do Vale do Paraíba paulista.

Quanto às fases de sua divulgação, identificamos um crescimento no número de anúncios nas décadas de 1870 e 1880, indicando que a tardia “Tom Mania” brasileira não se restringiu ao teatro, mas também implicou a maior propaganda das edições do romance por parte das livrarias. Os anúncios eram mais numerosos nos jornais do Rio de Janeiro. Nessas duas décadas, a edição Rey e Belhatte, que desaparecera dos jornais nos anos 1860, era anunciada como estando à venda em nada menos que cinco livrarias da Corte: na de João Martins Ribeiro, na de Cruz Coutinho, na de J. J. de Azevedo, na de Serafim José Alves e na Escolar de Francisco Alves de Oliveira. O leitor do romance de Stowe era disputado como nunca pelo mercado livreiro carioca e a edição parisiense parecia levar a melhor sobre suas concorrentes, menos citadas.

No geral, desde a chegada dos primeiros exemplares, a edição Rey e Belhatte parece ter prevalecido no mercado brasileiro, sendo encontradas

18 *O Nacional* (Porto), p.04, 20 jun. 1853.

19 *O Constitucional* (São Luis), n. 55, p.04, 02 ago. 1853; *O Publicador Maranhense* (São Luis), n. 1.427, p.04, 02 e 16 ago. 1853.

20 As demais citações desse parágrafo referem-se a *Correio Paulistano* (São Paulo), n. 2.689, p.04, 11 maio 1865; *Pedro II* (Fortaleza), n. 79, p.03, 23 abr. 1872; *O Monitor Paulista* (Bananal), n. 70, p.04, 07 dez. 1879.

mais referências a ela que a qualquer outra das edições portuguesas concorrentes, seja nos anúncios de jornais, seja nas listas de bibliotecas e gabinetes de leituras pesquisados.²¹ E isso, a despeito de seu inegável preço superior. Em 1858, ela era vendida, na Corte, a 6 mil réis um preço relativamente alto para os livros em geral (vendidos entre um e cinco mil réis) e ainda mais se comparado com sua maior concorrente, a edição popular lisboeta da Biblioteca Econômica, cotada por volta de mil réis, já que era vendida, dez anos depois, com outros oito romances, em um grande volume, a 7 mil réis.²²

Contudo, o preço da edição parisiense tendeu a cair a partir de meados da década 1870. Se, em 1865, ela era vendida na Corte e em São Paulo, a 5 mil réis, a partir de 1874, o preço começou a cair e não parou mais: a livraria de João Martins Ribeiro passava, então, a cobrar 4 mil réis pelo exemplar, em 1883, passou a 3 mil réis, até um estabelecimento da rua do Hospício vendê-lo, em 1885, por mil e quinhentos réis, preço que se aproximava das edições de livros populares que surgiram no Rio de Janeiro no começo dessa década. Mais barata, a edição parisiense tinha condições de atingir um público mais amplo.²³

21 Até o momento foram levantados os seguintes dados quanto a presença, no Brasil, das edições de *A Cabana do Pai Tomás*: Edição do Porto: José Lourenço de Sousa: 03 citações (sendo uma de exemplares no Gabinete português de leitura do Recife, de 1854, e duas de anúncios de jornais do Rio); Paris: Rey et Belhatte: 52 citações (sendo 48 de anúncios de jornais de São Luis, Fortaleza, Recife, Rio, São Paulo e Bananal-SP; 4 de exemplares de gabinetes de leitura e bibliotecas, sendo dois na Corte e os outros em Recife e São Luis); Lisboa: Typografia do Centro Commercial: 06 citações (sendo 5 de anúncios de jornais de São Luis, Fortaleza e São Paulo; 2 de exemplares do Gabinete Português de Leitura do Rio e da Biblioteca Riograndense, de Rio Grande-RS); Lisboa: Coleção Galeria Litterária: nenhuma citação; Lisboa: Coleção Biblioteca Econômica: 12 citações (sendo 9 de anúncios de jornais de Belém do Pará, Fortaleza, Recife e Rio; 3 de exemplares nos Gabinetes de Leitura de Salvador, Recife e Laranjeiras-SE); Edições não identificáveis: 10 citações em anúncios de jornais de São Luis, Fortaleza, Rio e Porto Alegre.

22 Sobre os preços citados, ver, respectivamente, *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro), n. 338, p.03, 15 dez. 1858; *Opinião Liberal* (Rio de Janeiro), n. 83, p.04, 01 out. 1868.

23 As informações desse parágrafo correspondem a *Correio Paulistano* (São Paulo), n. 2.689, p.04, 11 maio 1865; *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), n. 335, p.07, 03 dez. 1874; n. 316, p.05, 13 nov. 1882; n. 306, p.05, 03 nov. 1885.

Percebemos, assim, que, desde sua chegada, em 1853, até a última informação colhida, referente a 1885, a edição Rey e Belhatte seguiu uma trajetória marcada por progressiva ampliação das condições de inserção no espaço público brasileiro. Se, no início, ela foi limitada pelo alto preço e por eventuais apreensões pela polícia, conforme o caso baiano citado, a partir de meados dos anos 1870, com o abandono das práticas de repressão e o gradual barateamento do livro, ela tornou-se cada vez mais acessível, participando da tardia “Tom mania” brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto anteriormente, as medidas pontuais de repressão, a inexistência de edição brasileira de *A Cabana do Pai Tomás* durante o período escravista, a quase inexistência e o caráter tardio de versões em folhetim, a prevalência, por quatro décadas, da circulação de edições estrangeiras e o sucesso teatral, também originário da tradução de uma versão francesa, são dados que indicam, primeiramente, uma presença instável do romance citado na sociedade escravista brasileira, situação que tende a mudar a partir de finais da década de 1870. Nesse sentido, o caso da publicação brasileira do romance de Stowe diferiu significativamente do indicado pela historiografia para o caso de outros romances contemporâneos que assumiram grande popularidade, como *Os Mistérios de Paris* [1842], de Eugène Sue, e *Os três mosqueteiros* [1844], de Alexandre Dumas, traduzidos e difundidos quase imediatamente após seu aparecimento na Europa para amplo público pelos folhetins de jornais cariocas, tendo edições brasileiras em livro, o primeiro quatro delas (Schapochnik, 2010, p.603-609; Granja, 2012, p.177-184).

Em segundo lugar, esses dados impedem que o processo de publicação brasileira do *Pai Tomás* seja pensado como restrito às fronteiras nacionais. Ele adquire, assim, uma clara dimensão transnacional, caracterizada por uma configuração triangular específica em que o momento europeu (luso-francês) adquire um papel importante, com efeitos significativos sobre o livro. O principal deles refere-se às ressignificações propostas nas ações realizadas na edição Rey e Belhatte pelo mediador

principal, aqui representado pelo tradutor Francisco de Andrade. Como vimos, ele elaborou um peritexto que sugeria um sentido diverso do original, atenuando as potencialidades críticas do livro ao alterar as expectativas sociais frente à escravidão, que passava a ser tolerada por um espaço de tempo mais longo.

Essas ressignificações devem ser pensadas no contexto brasileiro da chegada da edição em vista, que correspondia ao fim da abolição efetiva do tráfico de escravos, ocorrida em 1850, momento marcado pela diversidade de modos de temporalização da escravidão, havendo desde setores que pensavam em sua gradual abolição em um futuro relativamente próximo até aqueles que buscavam reproduzi-la internamente por um futuro ilimitado (Parron, 2011, p.287-295). O que é relativamente consensual na historiografia é a virtual inexistência, nesse momento, de uma linha abolicionista imediatista no Império. Essa ausência nos leva a concluir que as mudanças de sentido sugeridas no peritexto tendiam a se adequar às expectativas do público brasileiro, mesmo aquele antiescravista, possibilitando a comunicação com os leitores e facilitado a sua inserção no país. Quanto ao público e setores pró-escravistas, ou indiferentes à questão, a proposta de uma leitura em chave moral e cristã, assim como a menor acessibilidade a setores subalternos pelo preço elevado da edição parisiense, tenderiam a reduzir a desconfiança inicial em relação a um livro alardeado internacionalmente como abolicionista. O maior conservadorismo e elitismo da edição Rey e Belhatte, paradoxalmente, parece ter sido um dos motivos que permitiram o relativo sucesso obtido em sua inserção no refratário espaço público do Brasil escravista. Esses aspectos, no entanto, somente poderão ser aprofundados mediante estudos futuros sobre a recepção e as leituras brasileiras do romance, aspectos que escapam ao presente artigo, centrado na questão da publicação.

As mudanças sugeridas na edição parisiense indicam também o quanto é limitado supor que a publicação de edições e versões de *A Cabana do Pai Tomás* implicassem, necessariamente, em material favorável à abolição, em geral, e à via imediata, em particular. Assim, torna-se fundamental a análise circunstancial das diversas versões e edições do romance

publicadas no Brasil, cada qual com sua(s) expectativa(s) própria(s) quanto à escravidão. A viagem de *Uncle Tom* pelo Império escravista dos trópicos é um processo complexo, cheio de nuances e mediações que os pesquisadores somente começam a descortinar. Como se deu a leitura e os usos sociais diversos, assim como agiram sobre o debate público, a produção intelectual e a ação política sobre a escravidão continuam a ser questões desafiantes. Este texto pretende tão somente indicar algumas balizas iniciais em um campo vasto e que somente começa a ser explorado.

AGRADECIMENTOS

Este artigo resulta de pesquisas realizadas no âmbito do projeto de pós-doutorado “Desvelar a escravidão: Intelectuais românticos, romance e antiescravismo no Brasil (1853-1875)”, sob a supervisão de Judith Lyon-Caen e desenvolvido junto ao Groupe de Recherches Interdisciplinaires sur l’Histoire du Littéraire (GRIHL), ligado ao Centre de Recherches Historiques (CRH) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), com financiamento do CNPq. Aos membros do GRIHL, e em especial a Judith Lyon-Caen, agradeço a acolhida e o diálogo proporcionado, e ao CNPq, agradeço a bolsa concedida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.11-96.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; SOUSA, Paulo Silveira e. Ruling the Empire: the portuguese Colonial Office (1820-1926). *Revista de História das Ideias*, vol. 27, p.1-34, 2006.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*; o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANSELMO, Artur. *Estudos de História dos Livros*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

- CHARTIER, Roger. Du livre au lire. *Sociologie de la communication*, vol. 1, n. 1, p.271-290, 1997.
- CHARTIER, Roger. *La main de l’auteur et l’esprit de l’imprimeur*. Paris: Gallimard, 2015.
- COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?. *Varia História*, vol. 25, vol. 42, p.539-555, jul./dez. 2009.
- COOPER-RICHET, Diana. Transferts culturels et passeurs de culture dans le monde du livre (France - Brésil, XIX siècle). *Patrimônio e Memória*, vol. 9, n. 1, p.128-143, jan./jun. 2013.
- ESPAGNE, Michel; WERNER, Michäel. La construction d’une référence culturelle allemande en France: genèse et histoire (1750-1914). *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, ano 42, n. 4, p.969-992, 1987.
- ESTEVEES, Rosa. O ‘Intermediário’ em comparística. O caso de Francisco de Andrada. *Cultura, História e Filosofia*, vol. IV, 1985. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/Cultura/Cultura%204.pdf>; Acesso em: 12 out. 2015.
- FISCH, Audrey A. *American slaves in Victorian England*. Abolitionist Politics in popular literature and culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- FONTAINE, Lorence. *Histoire du colportage en Europe*. XV-XIXe siècle. Paris: Albin Michel, 2003.
- GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: editions du Seuil, 1987.
- GRANJA, Lúcia. Un comte traverse la mer: un roman d’Alexandre Dumas en bas de page et aux annonces du *Jornal do Commercio*. In: COOPER-RICHET, Diana; MOLIER, Jean-Yves. *Le Commerce Transatlantique de librairie*. Campinas, SP: UNICAMP/ Publicações do IEL, 2012. p.177-184.
- HEDRICK, Joan. *Harriet Beecher Stowe, a life*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1994.
- JORDAN-LAKE, Joy. *Whitewashing Uncle Tom’s Cabin*: nineteenth-century women novelist respond to Stowe. Nashville: Vamderbilt University Press, 2005.
- JOUHAUD, Christian; VIALA, Alain (orgs.). *De la Publication*; entre Renaissance et Lumières. Paris, Fayard, 2002.

- LYON-CAEN, Judith. *La lecture et la Vie*; les usages du roman au temps de Balzac. Paris: Tallandier, 2006.
- MACKAY, John. The first Years of Uncle Tom's Cabin in Russia. In: KOHN, Denise; MEER, Sarah; TODD, Emily (eds.). *Transatlantic Stowe*; Harriet Beecher Stowe and European culture. Iowa City: University Iowa Press; 2006. p.67-88.
- MARQUES, João Pedro. *Sá da Bandeira e o fim da escravidão*. Vitória da moral, desforra do interesse. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2008.
- MEER, Sarah. *Uncle Tom Mania*: Slavery, Minstrelsy and Transatlantic Culture in the 1850's. Athens, Georgia: University Georgia Press, 2005.
- MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*. Ensaios sobre História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos*; Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: ed. Hucitec; 2005.
- PARFAIT, Claire. Un succès américain en France: *la Case de l' Oncle Tom*. *E-rea* [En ligne], 7.2./2010, mis en ligne 24 mars 2010. Disponível em: <http://erevues.org/981>; Acesso em: 21 set. 2015.
- PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- PROTÁSIO, Daniel Estudante. O 2º Visconde de Santarém, um historiador e um político entre o miguelismo e o liberalismo. *Conferência na Universidade Católica de Lisboa*, 28 nov. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/8371650/O_2o_Visconde_de_Santar%C3%A9m_um_historiador_e_um_pol%C3%ADtico_entre_o_miguelismo_e_o_liberalismo_UCP_28Nov2006, Acesso em: 12 out. 2015.
- REBOLLEDO-DHUIN, Viera. *La librairie et le credit*: réseaux et métiers du livre à Paris, 1830-1870. Tese (Doutorado em História) – Universidade Versailles-Saint-Quentin en Yvelines. Versailles; Saint-Quentin en Yvelines, 2011.
- REYNOLDS, David. *Mightier than the Sword*: Uncle Tom's cabin and the Battle for America. New York: W. W. Norton & Co, 2011.

- SCHAPOCHNIK, Nelson. Edição, recepção e mobilidade do romance *Les Mystères de Paris* no Brasil oitocentista. *Varia Historia*, vol. 26, n. 44, p.591-617, 2010.
- SURWILLO, Lisa. Representing the Slave Trader: *Haley* and the Slave Ship; or, Spain's *Uncle Tom's Cabin*. *Publications of the Modern Language Association of America*, vol. 120, n. 03, p.768-782, 2005.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. A Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (Vertentes Inglesas). *Site Memoria de Leitura Unicamp*, 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Sandra/sandra.htm>; Acesso em: 07 out. 2015.